

Roriz garante que cortes não prejudicam obras do metrô

Para governador, a perda de R\$ 20 milhões em recursos da União terá pouco impacto sobre o orçamento do Distrito Federal

Karla Mendes

Da equipe do Correio

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, minimizou o impacto dos cortes de R\$ 20 milhões feitos pelo governo federal nos recursos destinados a duas áreas prioritárias da sua administração: manutenção da segurança pública e construção do metrô. Para Roriz, que só foi informado na manhã de ontem das novas regras para a execução orçamentária da União para este ano, as perdas foram pouco significativas. "Isso representa apenas 1% do orçamento global do Distrito Federal, que é de R\$ 2 bilhões", justificou.

Os cortes foram feitos pelo Ministério da Fazenda na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC) do Orçamento. A lei orçamentária original, aprovada pelo Congresso em fevereiro, previa,

nesse item, o repasse de R\$ 76,5 milhões para o Distrito Federal em 1999. Desse total, R\$ 45 milhões seriam destinados à manutenção da segurança pública (equipamentos, fardas, combustível) e R\$ 30 milhões para as obras do metrô. Com as mudanças, o DF terá direito a R\$ 56,4 milhões. A tesourada do governo federal foi no total de recursos previstos e não define a área afetada. Dessa forma, caberá ao GDF decidir o que será cortado ou poupado.

O secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, garantiu que a perda dos recursos não prejudicará a manutenção da segurança pública ou a obra do metrô. "Os cortes não são preocupantes. Também estamos fazendo os nossos ajustes", disse. O senador Luiz Estevão (PMDB DF) informou que aproveitou a presença do secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Ta-

vares, nas comemorações do aniversário de Brasília, na Praça do Buriti, para conversar sobre o assunto. "O secretário disse que os cortes nas verbas do DF são resultados de uma projeção conservadora da arrecadação federal. Se as receitas da União aumentarem, teremos de volta o dinheiro", contou Luiz Estevão.

"Não vamos precisar reduzir as verbas de nada", assegurou o governador Joaquim Roriz. Para minimizar o impacto da perda dos recursos do orçamento da União, ele aposta na renegociação da dívida do DF, que chega a R\$ 1 bilhão. "Vamos economizar R\$ 112 milhões por mês. Isso vai cobrir a nossa perda", adianta. Segundo o secretário de Fazenda, a economia com a renegociação será de R\$ 14 milhões por mês.

Atualmente, o GDF desembolsa mensalmente R\$ 18 milhões so-

mente para pagamento da dívida, que vence em seis anos e é corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais juros de 12% ao ano. Com o novo acordo, a parcela paga pelo Distrito Federal será reduzida para R\$ 4 milhões mensais, corrigidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros de 6% anuais, durante 30 anos. Valdivino disse que as negociações com o Mi-

nistério da Fazenda já estão praticamente concluídas e só dependem da publicação de uma medida provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na prática, o Distrito Fede-

ral está apenas pleiteando renegociar sua dívida pelas mesmas regras seguidas pelos demais estados. Como o prazo para refinarçar os débitos com a União terminou no ano passado, é preciso que o governo federal edite uma medida provisória para atender ao DF.

